

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2012/2014

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC001676/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 12/07/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR036509/2013  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46220.003742/2013-26  
**DATA DO PROTOCOLO:** 10/07/2013

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC, CNPJ n. 80.673.387/0001-86, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ARNOLDO RAMOS CANDIDO;  
E

PARANA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP, CNPJ n. 02.631.130/0001-58, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). MIRIAN MAURICIO DE MELO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de junho de 2012 a 31 de maio de 2014 e a data-base da categoria em 1º de junho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIA, PESQUISA E INFORMAÇÕES**, com abrangência territorial em **Águas Mornas/SC**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)

- a) A partir de **1º de junho de 2012**, os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo, não poderão perceber salário normativo inferior a **R\$ 896,00** (oitocentos e noventa e seis reais) por mês, ressalvados os seguintes pisos salariais específicos: **Área de limpeza R\$ 765,00** (setecentos e sessenta e cinco reais) por mês, mais adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento); **Contínuo, mensageiro R\$ 765,00** (setecentos e sessenta e cinco reais) por mês; **Auxiliares e Assistentes Administrativos, Assistentes Financeiros e Caixas R\$ 942,00** (novecentos e quarenta e dois reais) por mês; **Motociclista no transporte de documentos e pequenos**

**volumes R\$ 774,00** (Setecentos e setenta e quatro reais) por mês, mais Adicional de risco de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado;

- b) A partir de **1º de junho de 2013**, os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo, não poderão perceber salário normativo inferior a **R\$ 973,00** (*novecentos e setenta e três reais*) por mês, ressalvados os seguintes pisos salariais específicos: **Área de limpeza R\$ 836,00** (*oitocentos e trinta e seis reais*) por mês, mais adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento); **Contínuo, mensageiro R\$ 836,00** (*oitocentos e trinta e seis reais*) por mês; **Auxiliares e Assistentes Administrativos, Assistentes Financeiros e Caixas R\$ 1.022,00** (*hum mil e vinte e dois reais*) por mês; **Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes R\$ 844,00** (*oitocentos e quarenta e quatro reais*) por mês, mais Adicional de risco de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado.

#### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

- a) Aplicação do percentual de **7,0%** (sete por cento) sobre os salários praticados no mês de maio de 2012, após aplicado o reajuste conforme item a desta cláusula do presente ACT, aplicável a partir de 1º de junho de 2012, autorizando-se a compensação dos aumentos concedidos a título de antecipação do reajuste salarial no período de 01/06/2012 até 31/05/2013.
- b) Aplicação do percentual de **8,5%** (oito vírgula cinco por cento) sobre os salários praticados no mês de maio de 2013, após aplicado o reajuste conforme item a e b desta cláusula do presente ACT, aplicável a partir de 1º de junho de 2013, autorizando-se a compensação dos aumentos concedidos a título de antecipação do reajuste salarial no período de 01/06/2013 até 31/05/2014.

#### Pagamento de Salário – Formas e Prazos

#### CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá obrigatoriamente aos seus empregados, envelope mensal de pagamento ou documento equivalente, contendo, além da identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

A empresa poderá efetuar o pagamento do Décimo Terceiro Salário em duas parcelas, sendo a primeira **até o dia 30 de novembro**, e a segunda parcela **até o dia 20 de dezembro**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

Fica assegurada a antecipação do percentual de **50%** (cinquenta por cento) **do 13º salário**, por ocasião das férias, aos empregados que requeriram até **10** (dez) **dias** antes do início das férias.

#### **Gratificação de Função**

#### **CLÁUSULA OITAVA - QUEBRA DE CAIXA**

Fica assegurado ao empregado que exercer função que manipule numerários a gratificação de 20% (vinte por cento) de seu salário.

#### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

Sobre o valor da hora normal as horas extraordinárias serão remuneradas com **adicional de 65%** (sessenta e cinco por cento) nos dias úteis. As horas extraordinárias prestadas nos domingos e feriados serão remuneradas com **adicional de 110%** (cento e dez por cento)

#### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

A empresa pagará a título de adicional noturno o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal e será pago ao empregado que laborar **entre 22h00m de um dia e 05h00m do dia seguinte e prorrogações**.

#### **Auxílio Alimentação**

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES

A empresa fornecerá obrigatória e gratuitamente, lanches para seus empregados, quando estes estiverem trabalhando **em regime de horas extraordinárias**.

**Parágrafo Primeiro** □ A empresa que não dispuser de cantina ou refeitório deverão destinar um local, em condições de higiene, a fim de que seus empregados possam lanchar.

**Parágrafo Segundo** □ A alimentação fornecida nos termos estabelecidos no *caput* terá natureza indenizatória e não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE ALIMENTAÇÃO

Durante a vigência da presente Acordo Coletiva de Trabalho, a empresa, garantirá o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para seus empregados, por meio do fornecimento mensal 22 (*vinte e dois*), vale alimentação no valor de, **R\$ 8,00** (*oito reais*) cada.

### Auxílio Saúde

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE FARMÁCIA

A empresa adiantará valores referentes à compra de medicamentos, desde que **devidamente comprovados por receita médica**, em que esteja certificado a necessidade e o valor do produto, através do fornecimento de vale, descontado posteriormente do salário do empregado.

### Auxílio Creche

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO-CRECHE

A empresa, caso não possua creche própria, manterá convênios com estabelecimentos particulares nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento para crianças de **0 a 6 anos de idade**, inclusive.

**Parágrafo Primeiro** - A empresa que não atender o critério previsto no □*caput*□, reembolsará mensalmente aos empregados que tenham filho(s) na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, inclusive, o valor de **R\$ 113,00** (cento e treze reais).

**Parágrafo Segundo** - Para fazer jus a tal benefício o empregado (pai ou mãe) deverá apresentar junto à empregadora a **Certidão de Nascimento da criança**, sendo devido o pagamento estipulado no parágrafo anterior a partir da data do protocolo do documento

respectivo.

**Parágrafo Terceiro** - O auxílio será pago sem qualquer limitação de idade, quando se tratar de filho com necessidades especiais comprovadas por laudo médico, a partir da apresentação de documentação, sem efeito retroativo.

**Parágrafo Quarto** - Fica ressalvado que se o pai e a mãe trabalharem na mesma empresa, o pagamento será efetuado somente a um deles, de acordo com o número de filhos com tal faixa etária.

**Parágrafo Quinto** - O pagamento efetivado a título de auxílio creche terá natureza indenizatória e não incidirá sobre a remuneração do trabalhador para nenhum efeito.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS**

Durante a vigência do presente Acordo, os empregados novos admitidos não poderão perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para trabalho da mesma natureza, excluídas as vantagens pessoais e dispensada a necessidade de comprovação de experiência anterior.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA**

Por ocasião do reajuste salarial e quando da admissão, não poderá o empregado mais antigo receber salário inferior ao empregado mais novo na mesma função, devendo, neste caso, ser efetuada a equiparação salarial na forma da lei, salvo se a empresa tiver quadro organizado de carreira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

O empregador se obriga a entregar a **segunda via do Contrato de Trabalho** ao empregado no ato da contratação.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA**

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio

provocado pela empresa, caso o empregado obtenha novo serviço antes do término do referido aviso, remunerando a empresa apenas os dias efetivamente trabalhados.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO**

Conforme Lei nº 12.506 de 11 de outubro de 2011, regulamentado pela nota técnica nº 010 de 27 de outubro de 2011 e normatizado pelo MEMO Circular 184 de 07 de maio de 2012.

Além da indenização do aviso prévio proporcional de acordo com o tempo de serviço, o período de tempo tem que ser considerado para todos os efeitos legais e isso inclui a incidência para cálculo de 13º salário e férias indenizadas em rescisão, além da projeção futura para fins de pagamento da indenização adicional prevista no art. 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/84.

### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão dos benefícios previdenciários, completando-se o tempo nele previsto após a cessação dos referidos benefícios.

### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E HOMOLOGAÇÃO**

1. A quitação das verbas rescisórias, mesmo nos casos de aviso prévio *indenizado pelo empregado ou pela empresa, ou no pedido de dispensa do* cumprimento do aviso pelo empregado, será efetuada pela empresa nos prazos estabelecidos pelos parágrafos 6º e 8º do art. 477 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além da penalidade prevista neste Acordo.
2. A empresa terá o prazo máximo de **5(cinco) dias úteis**, a contar do final do prazo do parágrafo 6º do art. 477 da CLT, para honrarem com a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, com o devido fornecimento de guias, chave da conectividade ou qualquer outro documento necessário para recebimento de Seguro Desemprego e levantamento dos depósitos do FGTS, corretamente preenchidos, quando a modalidade da rescisão assim o exigir.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### Estabilidade Mãe

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Serão garantidos o emprego e/ou o salário à empregada gestante, desde a concepção da gravidez até **05** (cinco) **meses após o parto**.

**Parágrafo Único** - Não se aplica o disposto dessa cláusula no caso de:

- 1) rescisão contratual por justa causa;
- 2) pedido de demissão;
- 3) rescisão ou término do contrato de experiência ou prazo determinado;
- 4) que até 90 (noventa) dias após a rescisão de Contrato de Trabalho, a empresa não estiver sido avisada/notificada por escrito da gravidez, visando possibilitar que a empregadora ao tomar conhecimento, possa reintegrar a empregada nos seus quadros.

### Estabilidade Pai

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA PATERNIDADE

A empresa concederá, a título de Licença Paternidade, licença de **05** (cinco) **dias de atividades**, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive em casos de adoção.

### Estabilidade Serviço Militar

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SERVIÇO MILITAR

Será garantida a estabilidade no emprego para o trabalhador em idade de prestação do serviço militar ou tiro de guerra, desde a incorporação até **60** (sessenta) **dias** após a dispensa ou desincorporação.

### Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE AO ACIDENTADO

Será garantido emprego e salário ao empregado vítima de acidente de trabalho nos termos da lei 8.213 de julho de 1.991.

**Parágrafo Primeiro** - Excetua-se das garantias previstas no *caput* dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina, nas duas últimas hipóteses.

**Parágrafo Segundo** - Não serão considerados, para contagem do período de garantia previsto no *caput* desta cláusula, as férias vencidas e o aviso prévio.

## Estabilidade Aposentadoria

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA AOS APOSENTÁVEIS

A todos os empregados que no período de **01.06.2013** a **31.05.2014**, estiverem ao máximo de **18** (dezoito) **meses** de aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço, em seus prazos mínimos legais, por tempo de serviço e/ou por idade, desde que possuam um mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço na respectiva empresa, será garantido o emprego. Completado o tempo necessário para a aquisição do referido direito, em sendo ou não exercido, extingue-se a garantia.

**Parágrafo Único** - Excetua-se das garantias previstas no *caput* dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão, devidamente homologadas pelo Sindicato.

## Estabilidade Adoção

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA PARA A MÃE ADOTANTE

À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392.

## Outras normas de pessoal

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CURSOS E REUNIÕES

Fica estabelecido que os cursos ou reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extraordinárias.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

A empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, o salário percebido, como também a função pelos mesmos efetivamente exercidos.

**Parágrafo Único** - A empresa não poderá reter a CTPS **por mais de 48** (quarenta e oito) **horas**, conforme artigo 53 da CLT.

## Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

### Duração e Horário

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada dos trabalhadores abrangidos por este Acordo será de até

08 (oito horas) horas diárias ou 44 (quarenta quatro horas) horas semanais, com metas de trabalho compatíveis com o período de trabalho e com a realidade socioeconômica da população.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ACORDOS COLETIVOS DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO**

Fica estabelecida a possibilidade de **Acordos Coletivos de Trabalho, entre empregador e sindicato dos trabalhadores**, para compensação e prorrogação de jornada de trabalho semanal, observada as formalidades previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo as condições e horários, bem como enviando ao Sindicato Acordante o referido Acordo, em 04 (quatro) vias para aprovação, assinaturas e posterior registro na Superintendência Regional do Trabalho.

**Parágrafo Único** - A instituição do Banco de Horas somente poderá ser efetivada mediante Acordo Coletivo de Trabalho entabulado entre a Empresa interessada e o Sindicato que representa a categoria profissional.

### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Fica assegurado o direito do empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, a intervalos intrajornada de, no mínimo, 1 (uma) hora e de, no máximo, 2 (duas) horas.

**Parágrafo Único** □ Quando não for concedido o intervalo de que trata o "caput", o empregado fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, como se tal fosse.

### **Faltas**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR**

O empregador abonará a falta do empregado no caso de necessidade de consulta médica e internação de filho até **14 (quatorze) anos de idade** ou portador de necessidades especiais, devidamente comprovada, ou para acompanhamento de cônjuge ou pais inválidos/incapazes, desde que sob a dependência econômica do trabalhador, mediante comprovação por atestado médico protocolado/entregue na empresa no prazo improrrogável de **24**(vinte e quatro) **horas**, no caso de consulta médica e **48**(quarenta e oito) **horas** no caso de internação hospitalar, contadas desde a ausência ao trabalho.

**Parágrafo Único** - Nos casos excepcionais o prazo para entrega do

atestado médico poderá ser revisto com a empresa mediante comunicação prévia.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE E VESTIBULANDO**

A empresa abonará as faltas dos empregados estudantes e vestibulandos, para a realização das provas em cursos oficiais, assim como em concursos vestibulares, desde que pré-avisada em **72** (setenta e duas) **horas**.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Serão abonadas as faltas ocorridas por ocasião do **falecimento de pai, mãe, esposa(o), irmã(o) ou de filhos por 5 (cinco) dias consecutivos**, mediante comprovação do Atestado de Óbito devidamente protocolado na empresa no prazo de **48** (quarenta e oito) **horas** contados do retorno ao trabalho.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus à remuneração do empregado substituído.

#### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS**

A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de **30**(trinta) **dias**, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

**Parágrafo Único** - O pagamento das férias deverá ser efetuado ao empregado **2** (dois) **dias antes** do início do gozo da mesma.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FERIADOS DURANTE O GOZO DE FÉRIAS**

Os dias feriados oficiais (municipal, estadual ou federal) ou costumeiros, **não serão computados como parte do período de férias** anuais remuneradas, devendo, nesse caso, prorrogar o número de dias em seu gozo.

Em hipótese alguma, o início das férias se dará em um dia não útil ou em véspera de dia não útil.

#### **Outras disposições sobre férias e licenças**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais, à razão de **1/12** (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a **14** (quatorze) dias.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Condições de Ambiente de Trabalho**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

A empresa que exigir o uso do uniforme deverão fornecê-lo sem ônus para os seus empregados, sempre que necessário, no mínimo de **02** (dois) **por ano**. O uso de uniforme deverá ser regulamentado e documentado pelas empresa, quanto às suas restrições e conservação.

**Parágrafo Primeiro** - A empresa que exigir de seus empregados serviços externos seja, ao ar livre, obrigam-se a fornecer aos referidos empregados equipamentos de proteção individual e coletivo (bonés, agasalhos impermeáveis, etc).

**Parágrafo Segundo** - fica vedado a entrega parcial de peças do uniforme quando a empresa o exigir integralmente.

#### **Equipamentos de Segurança**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO**

A empresa manterá assentos para seus empregados, em local onde os mesmos possam ser utilizados durante os intervalos que os serviços permitirem.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

A empresa se responsabilizará em garantir a licença perante o DETRAN, quando da prestação de serviços nas vias de trânsito e adjacências. A empresa ainda fornecerá os equipamentos de seguranças necessários.

#### **Aceitação de Atestados Médicos**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ATESTADO DE DOENÇA**

A **empresa fica obrigada a receber mediante protocolo**, no prazo

máximo de **48**(quarenta e oito) **horas** a partir da ausência ao trabalho, para todos os efeitos, **atestados de doença** fornecidos por médico próprio da empresa; médico em convênio reconhecido pela empresa; médicos particulares; médico em convênio mantido pela empresa; médicos credenciados pelo INSS bem como, com os mesmos efeitos, boletim de atendimento expedido em caso de emergência, mediante fornecimento de protocolo, desde que o atestado médico contenha (salvo as exceções legais), nome do médico, o número da sua inscrição no CRM.

**Parágrafo Único** - Nos casos excepcionais o prazo para entrega do atestado médico poderá ser revisto com a empresa.

### Campanhas Educativas sobre Saúde

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - VIOLÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO

A Empresa divulgará aos empregados, orientação tendente a evitar a prática de violência no local de trabalho, assim entendida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como sendo a constatação de **pressão psicológica e/ou constrangimento repetitivo de colegas ou chefias** ofensivos à honra e a dignidade do trabalhador.

**Parágrafo Único** - A empresa poderá utilizar o material produzido pela Superintendência Regional do Trabalho e ou pelo sindicato profissional a respeito da matéria.

### Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A empresa se responsabilizará a **garantir o cumprimento e a aplicação** do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR 09) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR 07).

### Relações Sindicais

#### Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais na empresa, para desempenho de suas funções, desde que a empresa seja comunicada com antecedência de, no mínimo, **24** (vinte e quatro) **horas**.

## Representante Sindical

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

Para acompanhamento das atividades sindicais, ficará liberado o dirigente sindical, durante **10 (dez) dias ao ano e 1(um) empregado** por empresa, durante a vigência do presente Acordo, para participação em reuniões, congressos, convenções que envolvam a entidade sindical, sem prejuízo de suas remunerações.

### Acesso a Informações da Empresa

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

A empresa enviará ao SINDASPI/SC **a relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Sindical** (Imposto Sindical), e **cópia da Guia de Contribuição Sindical quitada** com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, salário percebido e valor do recolhimento), **até o dia 20(vinte) do mês seguinte ao desconto** dessas verbas.

### Contribuições Sindicais

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina - **Sindaspi/SC**, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03 julho de 2013, conforme edital afixado, a empresa descontará dos seus empregados abrangidos pela presente Acordo Coletivo de Trabalho a importância equivalente de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), valor esse que será rateado igualmente entre os funcionários registrados na empresa, repassando os respectivos valores ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina - **SINDASPI/SC**, através de guia fornecida pela referida entidade, até 05 (cinco) dias após desconto, a título de  **Contribuição Assistencial** .

§ 1º  A empresa enviará ao SINDASPI/SC **a relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Assistencial**, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, salário percebido e valor do recolhimento), **até o dia 20(vinte) do mês seguinte ao desconto** dessas verbas.

§ 2º  No caso, do não recolhimento da contribuição prevista no caput desta cláusula, fica estabelecida a multa de 2% (dois inteiros por cento) do montante não recolhido além dos juros de mora de 1%

(um inteiro por cento) ao mês, sendo estes acréscimos suportados exclusivamente pela empresa.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTOS DAS MENSALIDADES**

A empresa é obrigada a fazer **desconto e o repasse das mensalidades dos associados**, desde que autorizadas pelo empregado, descontadas em favor do SINDASPI/SC **até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao desconto.**

**Parágrafo Único** - A empresa fica obrigada a repassar ao respectivo sindicato a relação dos associados, com seus respectivos dados e contribuições realizadas, até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao desconto.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONVÊNIOS E DESCONTOS RESPECTIVOS**

A empresa descontará, nas respectivas folhas de pagamento, os valores referentes aos benefícios decorrentes dos convênios firmados pelo SINDASPI/SC, e com autorização expressa do empregado, na conformidade dos relatórios a serem elaborados e encaminhados à empresa até o dia **10(dez)** de cada mês.

**Parágrafo Único** - Obedecidas às regras acima, a empresa servirá apenas e unicamente como agentes repassadores dos valores descontados de seus empregados, sem qualquer responsabilidade, seja ela direta, solidária ou subsidiária.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS**

Fica assegurado à entidade sindical, a fixação de editais, avisos e notícias sindicais no âmbito da empresa.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de Contrato de Trabalho serão efetuadas perante o SINDASPI/SC, nos termos da legislação em vigor, a partir de **06** (seis) **meses** de serviço prestado na mesma empresa.

#### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MORA SALARIAL**

A empresa pagará ao empregado 1% (um por cento) ao mês mais correção monetária sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, entendida esta como ocorrendo a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo Único** - No caso de reincidência, o percentual será de 5% (cinco por cento);

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - PENALIDADES**

Pelo não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Acordo Coletivo, fica estabelecido **multa de 20%** (vinte por cento) **sobre o valor do salário normativo da categoria**, por infração, em favor da parte prejudicada, salvo cláusulas que estabeleçam penalidade diversa.

### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - RENEGOCIAÇÃO**

As partes se comprometem, a qualquer tempo, reunirem-se para **analisar o cumprimento do presente Acordo Coletivo**, bem como para verificarem a possibilidade e/ou necessidade de se pactuar qualquer concessão relativamente às cláusulas.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE RSC**

Obrigatoriedade de fornecimento dos formulários preenchidos pela empresa de RSC - Relação de Salários de Contribuição (INSS) aos empregados demitidos ou demissionários, desde que solicitados.

ARNOLDO RAMOS CANDIDO

Membro de Diretoria Colegiada

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC

MIRIAN MAURICIO DE MELO

Administrador

PARANA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .